

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	67
----------------------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	71

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	228.725
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>228.725</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2013	Dividendo	30/04/2013	Ordinária		0,03438
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2013	Dividendo	20/12/2013	Ordinária		0,03451

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.096.217	933.367	908.728
1.01	Ativo Circulante	106.533	81.710	123.681
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	39.964	25.882	110.020
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.864	38.224	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.864	38.224	0
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	47.864	38.224	0
1.01.03	Contas a Receber	14.398	14.342	11.886
1.01.03.01	Clientes	14.398	14.342	11.886
1.01.03.01.01	Clientes	92	2.640	1.138
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	14.306	11.702	10.748
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.100	734	390
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.100	734	390
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.306	1.334	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.901	1.194	52
1.01.08.03	Outros	1.901	1.194	52
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.894	1.194	52
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	7	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	989.684	851.657	785.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.907	14.207	41.692
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	0	4.466
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	4.466
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	1	0
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	1	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.907	14.206	37.226
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.714	2.356	25
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	10.193	11.850	37.201
1.02.03	Imobilizado	26.522	22.894	21.572
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.522	22.894	21.572
1.02.04	Intangível	950.255	814.556	721.783

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
1.02.04.01	Intangíveis	950.255	814.556	721.783

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.096.217	933.367	908.728
2.01	Passivo Circulante	99.994	80.934	103.965
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.805	2.490	1.855
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.805	2.490	1.855
2.01.02	Fornecedores	14.925	12.776	6.831
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.925	12.776	6.831
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.049	2.687	2.733
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.049	2.687	2.733
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.049	2.687	2.733
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	55.023	40.527	67.163
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	21.250	10.480	10.492
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.250	10.480	10.492
2.01.04.02	Debêntures	33.773	30.047	56.671
2.01.05	Outras Obrigações	14.673	20.312	11.421
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	745	1.279	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	665	628	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	80	651	0
2.01.05.02	Outros	13.928	19.033	11.421
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.269	13.485	6.593
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	324	590	570
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.335	4.958	4.258
2.01.06	Provisões	9.519	2.142	13.962
2.01.06.02	Outras Provisões	9.519	2.142	13.962
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	9.519	2.142	12.527
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	0	84
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	0	0	1.351
2.02	Passivo Não Circulante	706.728	617.300	591.818
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	576.058	493.825	441.921
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	176.647	104.122	86.272

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2.02.01.02	Debêntures	399.411	389.703	355.649
2.02.02	Outras Obrigações	97.117	95.324	134.994
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	87.313	81.158	134.994
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	87.313	81.158	134.630
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	364
2.02.02.02	Outros	9.804	14.166	0
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	9.804	14.166	0
2.02.03	Tributos Diferidos	19.730	13.076	9.997
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.730	13.076	9.997
2.02.04	Provisões	13.823	15.075	4.906
2.02.04.02	Outras Provisões	13.823	15.075	4.906
2.02.04.02.04	Provisões para construção de obras futuras	0	7.941	0
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	10.373	6.726	4.843
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	3.450	408	63
2.03	Patrimônio Líquido	289.495	235.133	212.945
2.03.01	Capital Social Realizado	228.725	191.725	191.725
2.03.01.01	Subscrito	228.725	191.725	191.725
2.03.02	Reservas de Capital	161	114	52
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	161	114	52
2.03.04	Reservas de Lucros	60.609	43.294	21.168
2.03.04.01	Reserva Legal	4.191	2.839	1.388
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	56.418	40.455	19.780

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	380.661	316.326	250.252
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-251.804	-188.299	-136.408
3.03	Resultado Bruto	128.857	128.027	113.844
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.431	-14.880	-15.290
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.431	-14.877	-15.288
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	-3	-2
3.04.04.01	Outras receitas, líquidas	0	-3	-2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	112.426	113.147	98.554
3.06	Resultado Financeiro	-76.092	-69.140	-67.403
3.06.01	Receitas Financeiras	7.094	8.176	18.757
3.06.02	Despesas Financeiras	-83.186	-77.316	-86.160
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.334	44.007	31.151
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.291	-14.989	-10.603
3.08.01	Corrente	-2.637	-7.374	-5.028
3.08.02	Diferido	-6.654	-7.615	-5.575
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.043	29.018	20.548
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.043	29.018	20.548
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,13954	0,15135	0,10717

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	27.043	29.018	20.548
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.043	29.018	20.548

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	148.083	146.537	127.786
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	152.550	131.171	132.841
6.01.01.01	Lucro Líquido	27.043	29.018	20.548
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	33.975	23.604	19.526
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	0	280	596
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	73.876	66.443	68.419
6.01.01.05	Provisão para perdas trabalhistas e cíveis e atualização monetária	3.042	345	58
6.01.01.06	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	3.083	-1.912	4.122
6.01.01.07	Plano de opções com base em ações	47	62	52
6.01.01.09	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	1.316	0	0
6.01.01.10	Tributos diferidos	6.654	7.545	5.575
6.01.01.11	Juros sobre contrato de mútuo	7.529	9.256	15.175
6.01.01.12	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-4.015	-3.470	-1.230
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.467	15.366	-5.055
6.01.02.01	Clientes	-1.372	-2.456	-2.438
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-366	-344	-243
6.01.02.03	Despesas antecipadas	28	-1	669
6.01.02.04	Outros créditos	-700	-1.142	572
6.01.02.05	Fornecedores	2.149	5.945	2.100
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	315	635	132
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	362	-46	734
6.01.02.08	Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	0	0	-83
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-3.985	14.866	-5.722
6.01.02.10	Partes relacionadas	-540	324	0
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	0	-84	-751
6.01.02.12	Depósitos Judiciais	-358	-2.331	-25
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-174.676	-180.117	-54.842
6.02.01	Partes relacionadas - mútuo	-1.374	-62.138	12.623
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-11.416	-7.409	-9.396

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
6.02.03	Aquisição de intangível	-161.886	-110.570	-58.069
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	40.675	-50.558	31.420
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	96.592	27.999	96.227
6.03.02	Aumento de capital	37.000	0	0
6.03.03	Pagamento de obrigações com o poder concedente	-266	20	63
6.03.04	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-25.738	-13.834	-371.000
6.03.05	Titulos e valores mobiliarios	-3.968	-9.403	-35.971
6.03.06	Captação de debêntures	0	0	357.025
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-14.944	0	0
6.03.08	Juros pagos	-48.001	-55.340	-14.924
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.082	-84.138	104.364
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.882	110.020	5.656
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	39.964	25.882	110.020

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	37.000	47	0	-9.728	0	27.319
5.04.01	Aumentos de Capital	37.000	0	0	0	0	37.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	47	0	0	0	47
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.728	0	-9.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.043	0	27.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.043	0	27.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.315	-17.315	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	17.315	-17.315	0	0
5.07	Saldos Finais	228.725	161	60.609	0	0	289.495

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62	20.675	-27.567	0	-6.830
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62	0	0	0	62
5.04.06	Dividendos	0	0	20.675	-27.567	0	-6.892
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.018	0	29.018
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.018	0	29.018
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.451	-1.451	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.451	-1.451	0	0
5.07	Saldos Finais	191.725	114	43.294	0	0	235.133

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	52	14.641	-19.521	0	-4.828
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	52	0	0	0	52
5.04.06	Dividendos	0	0	14.641	-19.521	0	-4.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.548	0	20.548
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.548	0	20.548
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.027	-1.027	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.027	-1.027	0	0
5.07	Saldos Finais	191.725	52	21.168	0	0	212.945

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
7.01	Receitas	401.079	335.457	267.779
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	391.677	325.420	259.089
7.01.02	Outras Receitas	9.402	10.037	8.690
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-212.483	-158.967	-113.361
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-203.548	-151.395	-104.150
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.935	-7.572	-9.210
7.02.04	Outros	0	0	-1
7.03	Valor Adicionado Bruto	188.596	176.490	154.418
7.04	Retenções	-33.975	-23.604	-19.526
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.975	-23.604	-19.526
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	154.621	152.886	134.892
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.094	8.176	18.757
7.06.02	Receitas Financeiras	7.094	8.176	18.757
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	161.715	161.062	153.649
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	161.715	161.062	153.649
7.08.01	Pessoal	19.629	18.376	16.885
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.510	14.711	13.922
7.08.01.02	Benefícios	3.431	3.015	2.393
7.08.01.03	F.G.T.S.	688	650	570
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.709	34.120	28.129
7.08.02.01	Federais	17.932	23.086	18.022
7.08.02.03	Municipais	11.777	11.034	10.107
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	85.334	79.548	88.087
7.08.03.01	Juros	49.441	42.861	44.105
7.08.03.02	Aluguéis	2.148	2.232	1.927
7.08.03.03	Outras	33.745	34.455	42.055
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.043	29.018	20.548
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.728	0	0
7.08.04.02	Dividendos	0	6.892	4.880

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.315	22.126	15.668

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

#### Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seu acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

#### Mensagem da Administração

A Ecopistas é a concessionária que administra o corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

No ano de 2013 tivemos vários fatos importantes para a concessionária. Como por exemplo, a realização de R\$ 173,3 milhões em investimentos, com destaque à finalização do Trevo dos Pimentas e obras nas marginais da Rodovias Ayrton Senna.

Vale ressaltar que nossos resultados foram atingidos por meio do planejamento e foco constante na eficiência da gestão operacional. Por isso, a Ecopistas agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

#### PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 2 das Demonstrações Financeiras.

#### RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

<b>VOLUME DE TRÁFEGO</b> (veículos equivalentes pagantes x mil)	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
Passeio	57.038	55.357	3,0%
Comercial	30.974	28.453	8,9%
<b>Total</b>	<b>88.012</b>	<b>83.810</b>	<b>5,0%</b>

  

<b>Tarifa Média (em R\$)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
Ecopistas	2,58	2,53	2,0%

*Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

O volume de tráfego total foi de 88,012 mil veículos equivalentes pagantes em 2013, aumento de 5,0% em relação a 2012. O volume de tráfego comercial na Ecopistas é diretamente relacionado à produção industrial da região e teve crescimento de 8,9%, em relação ao ano de 2012, reflexo da atividade industrial no estado e ao início da cobrança dos eixos suspensos.

## Relatório da Administração

Em julho de 2013, o governo do Estado de São Paulo cancelou o reajuste de tarifa previsto de 6,5%, e anunciou medidas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que são (i) redução do ônus variável de 3,0% para 1,5%; (ii) penalização das concessionárias quando houver atrasos nos investimentos; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) modificação no ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013 autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, onde são considerados para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio. Desta forma, o volume de tráfego comercial de 2013 em comparação ao de 2012 foi parcialmente influenciado pelos efeitos desta cobrança.

### RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

#### RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 401,1 milhões em 2013 e R\$ 335,5 em 2012, um aumento de 19,6%, impulsionado, principalmente pelo crescimento de tráfego e pelo maior volume de obras em andamento.

Receita Bruta			
(em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Receitas de Pedágio	227,3	211,8	7,3%
Receitas Acessórias	9,4	10,0	-6,3%
Receita de Construção ICPC-01	164,4	113,7	44,6%
<b>Total</b>	<b>401,1</b>	<b>335,5</b>	<b>19,6%</b>

- **Receita de Pedágio:** em 2013 a receita de pedágio atingiu R\$ 227,3 milhões, impulsionada principalmente pelo crescimento de tráfego no ano.

- **Receitas Acessórias:** são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões e teve uma queda de 6,0% em relação ao ano de 2012.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Esta receita apresentou crescimento devido ao maior volume de obras em andamento.

#### RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 380,7 milhões em 2013 e R\$ 316,3 milhões em 2012. As deduções sobre a receita bruta atingiram R\$ 20,4 milhões em 2013 e R\$19,1 milhões em 2012.

#### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2013 os custos e despesas atingiram R\$ 268,2 milhões, crescimento de 32,0% em relação ao ano anterior devido ao aumento do custo de aquisição de 5,0% em março de 2013, aumento de amortização e custo com construção de obras contratuais.

## Relatório da Administração

<b>Custos operacionais e despesas administrativas</b>			
<b>(em milhões de R\$)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	19,5	18,4	6,1%
Conservação e manutenção	10,2	10,8	-5,0%
Serviços de terceiros	18,1	17,4	3,8%
Poder concedente e seguros	8,5	9,6	-11,6%
Depreciação e amortização	34,0	23,6	43,9%
Provisão manutenção ICPC 01	2,9	0,2	1469,5%
Custo de construção de Obras ICPC 01	164,4	113,6	44,6%
Locações, aluguéis e outros	10,6	9,6	10,3%
<b>TOTAL</b>	<b>268,2</b>	<b>203,2</b>	<b>32,0%</b>

### EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 146,4 milhões, aumento de 7,1% em relação aos R\$ 136,7 milhões obtidos em 2012.

A margem EBITDA atingiu 38,5% em 2013, uma queda de 4,7 pontos percentuais em relação a 2012.

<b>EBITDA</b>			
<b>(em milhões de R\$)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
Lucro Líquido	27,0	29,0	-6,8%
Imposto de renda e contrib.social	9,3	15,0	-38,0%
Resultado Financeiro	76,1	69,1	10,1%
Depreciação e Amortização	34,0	23,6	44,1%
<b>EBITDA</b>	<b>146,4</b>	<b>136,7</b>	<b>7,1%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>38,5%</b>	<b>43,2%</b>	<b>-4,7 p.p.</b>

### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2013 foi de R\$ 76,1 milhões negativos e de R\$ 69,1 milhões negativos em 2012. As principais despesas financeiras são juros sobre debêntures e financiamentos e variação monetária sobre debêntures.

### LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2013, o lucro líquido atingiu R\$ 27,0 milhões, redução de 6,9% em relação ao ano anterior.

### DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou dezembro de 2013 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 98,0 milhões. A dívida bruta da Ecopistas atingiu R\$ 631,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 e dívida líquida, R\$ 533,1 milhões.

## Relatório da Administração

Credores (em milhões de R\$)	31/12/2013	31/12/2012	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
BNDES	197,9	114,6	72,7%	taxa TJLP+2,45% a.a	junho-2021
Debêntures	433,2	419,7	3,2%	IPCA+8,25%	janeiro-2023
<b>Divida Total</b>	<b>631,1</b>	<b>534,3</b>	<b>18,1%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	40,0	25,9	54,4%		
Aplicação financeira vinculada	58,0	50,1	15,8%		
<b>Divida Líquida</b>	<b>533,1</b>	<b>458,3</b>	<b>16,3%</b>		

### INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Ecopistas foram de R\$ 173,3 milhões em 2013, 46,9% superior ao realizado no ano anterior. Destaque para finalização das obras do Trevo dos Pimentas e para as obras da pista marginal da Rodovias Ayrton Senna entre o km 19,0 e o km 24,8.

CAPEX (em milhões de R\$)	2013			2012			Var. 2013*2012
	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Ecopistas	173,3	-	173,3	115,8	-	115,8	49,7%

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecopistas está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa do Grupo EcoRodovias

Seguimos as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa” do IBGC, dentre as quais se destacam: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupado por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

### GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2013, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quarta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A/FIA e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/*Great Place to Work*.

O enfoque na área também está explícito na criação, em 2013, da nova Diretoria de Gestão de Pessoas, quando o Grupo passou a exercer diversas ações de desenvolvimento e gestão. A Escola de Líderes, por exemplo, foi criada para poder formar um quadro de pessoas preparadas para assumir com prontidão posições-chave. Outro exemplo é o Projeto de Cultura, que identificou os principais arquétipos do Grupo EcoRodovias, como “Um só time”, “Inovação” e “Foco do Cliente”.

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio de práticas e conceitos pré-definidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração, a EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

## Relatório da Administração

Na Ecopistas, uma Política de Gestão Integrada foi estabelecida, treinando seus colaboradores para que a conheçam e apliquem esta política. Neste contexto, dentre os nossos inúmeros projetos de responsabilidade sociais, podemos citar o Ecoviver, que tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias. Na região de atuação da Ecopistas, o Ecoviver foi lançado em março de 2010, com a participação dos municípios de Itaquaquecetuba e Caçapava, onde mais de 80 professores e cerca de 3.100 alunos, de 24 escolas foram atendidos.

Também vale ressaltar a importância do Programa de Saúde dos Usuário, que consiste na promoção de campanhas de saúde que oferecem aos usuários, principalmente aos motoristas de veículos pesados, a oportunidade de realizar exames médicos gratuitos. Dados referentes às condições de trabalhos desses profissionais também são avaliados.

Programas sobre temas específicos, como prostituição infantil, segurança no tráfego para ciclistas e motociclistas, utilização de passarelas por pedestres, a importância do uso da cadeirinha para transportar crianças, também são realizados periodicamente atendendo a um grande número de usuários, através de campanhas educativas e materiais informativos.

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2013: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$45,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

##### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na nota explicativa nº 31.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

##### 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

##### 2.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### 2.2. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

A Administração da Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

#### 2.3. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

#### 2.4. Impostos

##### *Imposto de renda e contribuição social – correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

##### *Impostos diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### *Imposto sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### 2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 5 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Edificações 16 e 17 anos
- Outros 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### 2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

#### 2.7. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

##### *(i) Ativos financeiros*

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos, debêntures e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

#### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Empréstimos e contas a receber
- Investimentos mantidos até o vencimento
- Investimentos financeiros disponíveis para venda

#### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### *Investimentos mantidos até o vencimento*

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

#### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

#### *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

##### *(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

##### *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

##### *Instrumentos financeiros disponíveis para venda*

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

#### *(iii) Passivos financeiros*

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira.

##### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

##### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### *Contratos de garantia financeira*

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

##### *Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

##### *(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

---

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

*Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

##### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

##### 2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

##### 2.10. Provisões Gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### 2.11. Transações envolvendo pagamento em ações

A Administração da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

##### Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

#### 2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 2.13. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatário

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### 2.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### 2.15. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

• IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 31.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

##### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

##### Determinação das receitas de construção

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

##### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados, para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 11,99% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 20.

#### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

#### 4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

A Administração da Companhia entende que a melhor forma de apresentação do Fluxo de Caixa seja a partir do Lucro Líquido, portanto, a Companhia passa a demonstrar seu Fluxo de Caixa a partir do Lucro Líquido e não mais do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Para garantir a comparabilidade das informações, estamos reapresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos da reapresentação da DFC estão demonstrados no quadro a seguir.

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>Originalmente divulgado</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.007	(44.007)	-
Lucro líquido	-	29.018	29.018
Tributos diferidos	(70)	7.615	7.545
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(7.458)	7.374	(84)
Juros pagos	(55.340)	55.340	-
Demais variações	110.058	-	110.058
<b>Total do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>91.197</b>	<b>55.340</b>	<b>146.537</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
	(180.117)	-	(180.117)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Juros pagos	-	(55.340)	(55.340)
Demais variações	4.782	-	4.782
<b>Total do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>4.782</b>	<b>(55.340)</b>	<b>(50.558)</b>
<b>Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(84.138)</b>	<b>-</b>	<b>(84.138)</b>

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

<b>Balanço Patrimonial</b>	<b>Originalmente divulgado</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	-	38.224	38.224
<b>Não Circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	50.074	(38.224)	11.850
	<b>50.074</b>	<b>-</b>	<b>50.074</b>

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Caixa e bancos	<b>2.148</b>	1.997
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	<b>9.242</b>	3.826
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	<b>28.574</b>	20.059
	<b>39.964</b>	25.882

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “renda fixa – crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira - LF e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa média ponderada de 90,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

- b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$1.456 (R\$885 em 31 de dezembro de 2012).

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS**

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo de Investimentos (a)	<b>47.864</b>	38.224
Poupança (b)	<b>10.193</b>	11.850
	<b>58.057</b>	50.074
	<hr/>	
Circulante	<b>47.864</b>	38.224
Não circulante	<b>10.193</b>	11.850

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados a taxa média ponderada de 99,2% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal (vide notas explicativas nº 15 e nº 16).

- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui um saldo de R\$10.193 (R\$11.850 em 31 de dezembro de 2012) registrado sob a rubrica "Outras Contas a Pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

**7. CLIENTES**

A rubrica Arrendamento de áreas refere-se a faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (a)	<b>14.306</b>	11.702
Pedágio eletrônico - outros	-	728
Cupons de pedágio	<b>377</b>	237
Arrendamento de áreas	<b>1.031</b>	1.675
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (b)	<b>(1.316)</b>	-
	<b><u>14.398</u></b>	<u>14.342</u>

- (a) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto com a direta da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar".

- (b) Refere-se a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos a mais de 90 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	<b>14.158</b>	14.312
Vencidos:		
Até 30 dias	<b>81</b>	28
De 31 a 60 dias	-	2
De 61 a 90 dias	<b>159</b>	-
Acima de 90 dias	<b>1.316</b>	-
	<b><u>15.714</u></b>	<u>14.342</u>

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	-
Constituição de PCLD no exercício	<u>1.316</u>
Valores recuperados no exercício	<u>1.316</u>

**8. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	<u>1.058</u>	570
Outros	<u>42</u>	164
	<u><u>1.100</u></u>	<u><u>734</u></u>

**9. DESPESAS ANTECIPADAS**

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.306 (R\$1.334 em 31 de dezembro de 2012) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 30.

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2013</u>	<u>30/12/2012</u>
Saldo inicial	<u>2.356</u>	25
Adições	<u>162</u>	3.460
Baixas	<u>(4)</u>	(1.176)
Atualização monetária	<u>200</u>	47
Saldo final	<u><u>2.714</u></u>	<u><u>2.356</u></u>

## Notas Explicativas

## CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. IMOBILIZADO

	Custo			Depreciação			Residual
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	
Hardware e equipamentos de pedágio	26.780	5.698	-	32.478	(7.619)	(5.817)	19.042
Máquinas e equipamentos	450	69	-	519	(65)	(59)	395
Móveis e utensílios	1.040	22	-	1.062	(156)	(105)	801
Edificações	250	-	-	250	(17)	(8)	225
Outros	969	1.620	-	2.589	(60)	(98)	2.431
	29.489	7.409	-	36.898	(7.917)	(6.087)	22.894
							21.572
	Custo			Depreciação			Residual
Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	
Hardware e equipamentos de pedágio	32.478	10.844	34	43.356	(13.436)	(7.313)	22.607
Máquinas e equipamentos	519	30	-	549	(124)	(65)	360
Móveis e utensílios	1.062	100	-	1.162	(261)	(113)	788
Edificações	250	-	-	250	(25)	(9)	216
Outros	2.589	442	(34)	2.997	(158)	(288)	2.551
	36.898	11.416	-	48.314	(14.004)	(7.788)	26.522
							22.894

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não haviam bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não haviam sido capitalizados encargos financeiros. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

## Notas Explicativas

## CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. INTANGÍVEL

	Custo			Amortização		Residual				
	Taxas médias anuais de amortização - %	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2013	Residual
Contratos de concessão	(*)	743.880	110.509	-	854.389	(22.979)	(17.334)	(40.313)	814.076	720.901
Intangível em andamento	-	280	-	(280)	-	-	-	-	-	280
Softwares de terceiros	19,9	887	61	-	948	(285)	(183)	(468)	480	602
		745.047	110.570	(280)	855.337	(23.264)	(17.517)	(40.781)	814.556	721.783
<b>Custo</b>										
<b>Amortização</b>										
<b>Residual</b>										
Taxas médias anuais de amortização - %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2013	Residual
(*)	854.389	161.845	-	1.016.234	(40.313)	(25.994)	(66.307)	949.927	814.076	
19,9	948	41	-	989	(468)	(193)	(661)	328	480	
	855.337	161.886	-	1.017.223	(40.781)	(26.187)	(66.968)	950.255	814.556	

Contratos de concessão  
Softwares de terceiros

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, à partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 31 de dezembro de 2013 é de 2,78% a.a. (2,17% a.a. em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>Resultado</b>
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.173	139	1.034
Provisão Férias Diretor	4	8	(4)
Provisão para devedores duvidosos	444	-	444
Regime Tributário de Transição – RTT (*)	(21.351)	(13.223)	(8.128)
IR e CS diferido – Ativo/(Passivo)	(19.730)	(13.076)	
Receita (Despesa) de IR e CS diferido			(6.654)
Ativo fiscal diferido	-	-	
Passivo diferido	(19.730)	(13.076)	
Passivo diferido líquido	(19.730)	(13.076)	

(\*) O RTT contempla ICPC-01, AVP Ônus da Concessão e Juros capitalizados.

Reconciliação do Ativo (Passivo) diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2012	(13.076)
Receita/ (Despesa) do imposto reconhecido no resultado	(6.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(19.730)

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

**b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.334	44.007
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(12.354)	(14.962)
Juros sobre o capital próprio	3.308	-
Despesas indedutíveis	(100)	(27)
Incentivos fiscais (PAT)	(31)	-
Outros	(114)	-
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(9.291)	(14.989)

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	<b>(2.637)</b>	(7.374)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	<b>(6.654)</b>	(7.615)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

**14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	<b>1.074</b>	978
Cofins	<b>647</b>	590
PIS	<b>140</b>	128
ISS na fonte	<b>364</b>	337
INSS fonte	<b>541</b>	372
Outros	<b>283</b>	282
	<b><u>3.049</u></b>	<u>2.687</u>

**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

<b>Credor</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Taxa média de juros</b>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Em moeda nacional- BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	<b><u>197.897</u></b>	114.602
Circulante			<b><u>21.250</u></b>	10.480
Não circulante			<b><u>176.647</u></b>	<u>104.122</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	<b>114.602</b>	96.764
Adições	<b>96.592</b>	27.999
Encargos financeiros	<b>13.896</b>	7.810
Pagamento principal	<b>(15.353)</b>	(10.150)
Pagamento de juros	<b>(11.840)</b>	(7.821)
Saldo final	<b><u>197.897</u></b>	<u>114.602</u>

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Em fevereiro de 2011 a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no montante de R\$355.396, divididos em 12 subcréditos, destinados a Investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

**Garantia** A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

**Índices financeiros exigidos** (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

<b>Subcrédito</b>	<b>Total</b>	<b>Liberado</b>	<b>Amortização</b>	<b>Parcelas</b>
a	99.200	99.200	20.884	114 mensais
b	85.528	53.704	4.911	114 mensais
d	27.999	27.999	-	114 mensais
e	21.769	-	-	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	10 anuais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	-	114 mensais
k	29.846	22.438	-	114 mensais
l	9.169	9.169	-	10 anuais
<b>Total</b>	<b>355.396</b>	<b>223.791</b>	<b>25.795</b>	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
2014	-	13.097
2015	<b>19.552</b>	13.097
2016	<b>24.098</b>	13.097
2017	<b>24.042</b>	13.097
2018	<b>24.095</b>	13.097
Posteriores a 2018	<b>84.860</b>	38.637
	<b>176.647</b>	104.122

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****16. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Principal corrigido	422.185	411.041
Remuneração (juros)	20.518	19.506
Custos com emissão de debêntures (*)	(9.519)	(10.797)
	<u>433.184</u>	<u>419.750</u>
Circulante	33.773	30.047
Não circulante	399.411	389.703

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	419.750	412.320
Encargos financeiros	59.980	58.633
Pagamento do principal	(10.385)	(3.684)
Pagamento de juros	(36.161)	(47.519)
Saldo final	<u>433.184</u>	<u>419.750</u>

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco "brAA+" da Standard & Poors.

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2013	1ª série - R\$1.263 2ª série - R\$1.198 3ª série - R\$1.174 4ª série - R\$1.150
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Descrição</b>	
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2014	-	-	-	13.701	(1.113)	12.588
2015	18.953	(1.473)	17.480	17.929	(1.113)	16.816
2016	22.729	(1.378)	21.351	21.501	(1.113)	20.388
2017	31.469	(1.407)	30.062	29.769	(1.113)	28.656
A partir de 2018	334.553	(4.035)	330.518	316.487	(5.232)	311.255
	<b>407.704</b>	<b>(8.293)</b>	<b>399.411</b>	<b>399.387</b>	<b>(9.684)</b>	<b>389.703</b>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros trimestralmente conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		<b>370.000</b>	<b>(12.668)</b>	<b>357.332</b>		

**17. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Balço patrimonial	Natureza	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante e não circulante
		Cientes	Outros créditos	Intangível	Contas a pagar	
<b>Circulante:</b>						
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	3
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	77
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controladora direta	7	-	-	-	665
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas	14.306	-	-	-	-
		<u>14.313</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>745</u>
<b>Não circulante-</b>						
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. - mútuo (b)	Controladora direta	-	-	-	-	87.313
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87.313</u>
<b>Intangível</b>						
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)		-	-	858	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)		-	-	6.964	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.964</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2013		<u>14.313</u>	<u>-</u>	<u>7.822</u>	<u>-</u>	<u>88.058</u>
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>11.702</u>	<u>1</u>	<u>4.578</u>	<u>-</u>	<u>82.437</u>

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	5.659	2.937	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	7.529
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas	7	-	-
Total em 31 de dezembro de 2013		<u>5.666</u>	<u>2.937</u>	<u>7.529</u>
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>5.347</u>	<u>4.569</u>	<u>9.256</u>

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$8.596, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, há um saldo em aberto de R\$87.313 (R\$81.158 em 31 de dezembro de 2012), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2015.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$45.972. O

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$41.165. Os saldos em aberto a pagar R\$80 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- (d) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$14.306 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidas garantias.
- (e) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem a atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2013, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2013 em R\$923 (R\$858 em 31 de dezembro de 2012).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários	499	494
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 21.c)	47	62
Previdência privada	36	17
Participação nos resultados	210	256
	<u>792</u>	<u>829</u>

**18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a serem realizadas durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 11,99% ao ano,

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

correspondentes as taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<b>31/12/2011</b>	<b>Adições</b>	<b>Efeito financeiro</b>	<b>31/12/2012</b>
Constituição da provisão para manutenção	7.682	841	-	8.523
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.013)	(657)	-	(2.670)
Ajuste a valor presente - realizações	525	-	348	873
	<b>6.194</b>	<b>184</b>	<b>348</b>	<b>6.726</b>
Circulante	1.351			-
Não circulante	<b>4.843</b>			<b>6.726</b>

  

	<b>31/12/2012</b>	<b>Adição</b>	<b>Efeito financeiro</b>	<b>31/12/2013</b>
Constituição da provisão para manutenção	8.523	<b>4.028</b>	-	<b>12.551</b>
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.670)	<b>(1.140)</b>	-	<b>(3.810)</b>
Ajuste a valor presente - realizações	873	-	<b>759</b>	<b>1.632</b>
	<b>6.726</b>	<b>2.888</b>	<b>759</b>	<b>10.373</b>
Circulante	-			-
Não circulante	<b>6.726</b>			<b>10.373</b>

**19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 11,99% a.a., correspondente a taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2011	Baixa	Efeito financeiro	31/1/2012
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	-	(3.087)	-	(3.087)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.328	-	643	3.971
	<u>12.527</u>	<u>(3.087)</u>	<u>643</u>	<u>10.083</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>2.142</u>
Não circulante				<u>7.941</u>
	31/12/2012	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.087)	(564)	-	(3.651)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>10.083</u>	<u>(564)</u>	<u>-</u>	<u>9.519</u>
Circulante	<u>2.142</u>			<u>9.519</u>
Não circulante	<u>7.941</u>			<u>-</u>

**20. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE**

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelas variáveis	<u>324</u>	<u>590</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio até 30 de junho de 2013. A partir desta data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

**21. PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS**

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	30	33	63
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	274	99	373
(-) Pagamentos	(33)	(13)	(46)
(+) Atualização monetária	10	8	18
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>281</u>	<u>127</u>	<u>408</u>

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>Cíveis (a)</b>	<b>Trabalhistas (b)</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	<b>281</b>	<b>127</b>	<b>408</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	<b>2.635</b>	<b>781</b>	<b>3.416</b>
(-) Pagamentos	<b>(263)</b>	<b>(176)</b>	<b>(439)</b>
(+) Atualização monetária	<b>20</b>	<b>45</b>	<b>65</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<b>2.673</b>	<b>777</b>	<b>3.450</b>

**(a) Processos cíveis**

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$4.676 (R\$2.405 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

**(b) Processos trabalhistas**

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$4.220 (R\$1.480 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$228.725 representado por 228.725.000 ações ordinárias (R\$191.725 em 31 de dezembro de 2012, representado por 194.725.000 ações ordinárias), nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2013, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$3.000, correspondente a 3.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$228.725, correspondente a 228.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de outubro de 2013, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$5.000, correspondente a 5.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$225.725, correspondente a 225.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 27 de dezembro de 2013, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$29.000, correspondente a 29.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$228.725, correspondente a 220.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**Capital autorizado**

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

## b) Reserva de lucros – legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

## c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado o Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 75.592 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<b>Data</b>	<b>1ª outorga 31/08/2010</b>	<b>2ª outorga 22/03/2011</b>	<b>3ª outorga 25/04/2012</b>
Quantidade de opções de ações	16.489	28.516	30.587
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2013, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$47 (R\$62 em 31 de dezembro de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<b>1ª outorga</b>	<b>2ª outorga</b>	<b>3ª outorga</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-
Outorgadas	16.489	-	-	16.489
Em 31 de dezembro de 2010	16.489	-	-	16.489
Outorgadas	-	28.516	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	16.489	28.516	-	45.005
Outorgadas	-	-	30.587	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	16.489	28.516	30.587	75.592
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	16.489	28.516	30.587	75.592

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Preço médio de período por ação em R\$</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor justo médio da opção em R\$</b>	<b>Total</b>	<b>Prazo para exercer</b>
2014	14,17	18.899	9,07	171	11 meses
2015	15,15	14.776	6,15	91	23 meses
2016	15,04	7.647	2,79	21	35 meses
		<u>41.322</u>		<u>283</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou 3 programas de recompra de Ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	<b>1º Programa</b>	<b>2º Programa</b>	<b>3º Programa</b>
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação	144.003.000	143.737.879	200.669.081
Quantidade de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 542.710 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2013, de R\$14,80. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de dezembro de 2013, é de R\$8.032.

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

## d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$14.944 refere-se a: R\$1.713 saldo de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de 2010, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011; R\$4.880 saldo de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de 2011, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2012; R\$6.892 saldo de dividendos mínimos obrigatórios renascentes de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2013; R\$1.459 de juros sobre o capital próprio do exercício de 2013, calculados conforme segue:

	2013	2012	2011	2010
Prejuízo acumulado	-	-	-	(2.477)
Lucro líquido do exercício	<b>27.043</b>	29.018	20.548	9.690
Constituição da reserva legal	<b>(1.352)</b>	(1.451)	(1.027)	(361)
Base de cálculo dos dividendos	<b>25.691</b>	27.567	19.521	6.852
Juros sobre o capital próprio	<b>(9.728)</b>	-	-	-
Saldo de dividendos	<b>15.963</b>	27.567	19.521	6.852
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	-	(6.892)	(4.880)	(1.713)
Constituição de Orçamento de Capital conforme AGO de 25 de abril de 2013	-	20.675	14.641	5.139

## 23. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2013	31/12/2012
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	<b>87.957</b>	86.023
Pedágio por equipamento eletrônico (b)	<b>131.564</b>	118.204
Vale-pedágio	<b>7.799</b>	7.560
	<b>227.320</b>	211.787
Receita de construção	<b>164.357</b>	113.633
Receitas acessórias (a)	<b>9.402</b>	10.037
Receita bruta	<b>401.079</b>	335.457
Deduções da receita bruta (c)	<b>(20.418)</b>	(19.131)
Receita líquida	<b>380.661</b>	316.326

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

(b) Referem-se à receita da parte relacionada STP – Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A..

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	227.320	211.787
Receitas acessórias	9.402	10.037
	<u>236.722</u>	<u>221.824</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(7.102)	(6.655)
PIS (0,65%)	(1.539)	(1.442)
ISS (2% a 5%)	(11.777)	(11.034)
	<u>(20.418)</u>	<u>(19.131)</u>

**24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoal	19.629	18.376
Conservação e manutenção	10.235	10.770
Serviços de terceiros (a)	18.068	17.405
Seguros (vide nota explicativa nº 30)	2.918	2.917
Poder Concedente	5.546	6.655
Provisão para manutenção	2.888	184
Custos com construção	164.357	113.633
Depreciações e amortizações	33.975	23.604
Locação de imóveis e máquinas	2.148	2.232
Outros custos e despesas operacionais	8.471	7.400
	<u>268.235</u>	<u>203.176</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	251.804	188.299
Despesas gerais e administrativas	16.431	14.877
	<u>268.235</u>	<u>203.176</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

(b) O valor pago ao Poder Concedente foi de R\$5.546 em 2013 (R\$6.655 em dezembro de 2012).

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****25. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	6.844	7.476
Outras	250	700
	<u>7.094</u>	<u>8.176</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(35.545)	(34.745)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.896)	(8.116)
Variação monetária sobre debêntures	(23.157)	(22.465)
Amortização de custos das debêntures	(1.278)	(1.117)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(759)	(991)
Juros sobre contrato de mútuo	(7.529)	(9.256)
Outras	(1.022)	(626)
	<u>(83.186)</u>	<u>(77.316)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(76.092)</u>	<u>(69.140)</u>

**26. LUCRO POR AÇÃO****a) Lucro básico**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	27.132	29.018
Média ponderada de ações ordinárias	<u>199.970</u>	<u>191.725</u>
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,14</u>	<u>0,15</u>

**b) Lucro diluído**

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 21.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2013, a participação nos lucros e resultados foi de R\$881 (R\$874 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente detalhados nas notas explicativas nº 15, nº 16 e nº 20 deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

##### Risco de mercado

##### a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

##### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do IPCA, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

##### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs e fundos de investimentos, remunerados a taxa média remunerada de 96,5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros,

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Dívida (i)	<b>631.405</b>	534.942
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<b>(98.021)</b>	(75.956)
Dívida líquida	<b>533.384</b>	458.986
Patrimônio líquido (ii)	<b>289.495</b>	235.133
Índice de endividamento líquido	<b>1,84</b>	1,95

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15, nº 16 e nº 20.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	<b>Classificação</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Mercado</b>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	2.148	2.148
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	14.398	14.398
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	95.873	95.873
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	14.925	14.925
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	197.897	197.897
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	433.184	433.184

(i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iii) Os empréstimos e financiamentos foram calculados por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF Bovespa do dia 31 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer.

(iv) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF Bovespa do dia 31 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Preço Unitário - PU atualizado.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$14.306 (R\$11.702 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.</b>	<b>Próximos 12 meses</b>	<b>Entre 13 e 24 meses</b>	<b>Entre 25 e 36 meses</b>	<b>37 meses em diante</b>
BNDDES	TJLP + 2,45% a.a.	33.006	31.590	33.580	152.455
BNDDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	4.095	12.460
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	50.823	57.351	63.117	700.535

TJLP em 31 de dezembro de 2013 – 5,00%.

IPCA em 31 de dezembro de 2013 – 6,70%.

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Juros a incorrer</b>		
		<b>Cenário I - provável</b>	<b>Cenário II - 25%</b>	<b>Cenário III - 50%</b>
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa de CDI	3.465	2.599	1.732
Debêntures	Alta do IPCA	(38.472)	(38.748)	(39.078)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(13.111)	(15.231)	(17.331)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(889)	(1.048)	(1.206)
Juros a incorrer, líquidos		(49.007)	(52.428)	(55.883)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<b>Indicador</b>	<b>Cenário I - provável</b>	<b>Cenário II - 25%</b>	<b>Cenário III - 50%</b>
IPCA (a)	6,03%	7,54%	9,05%
TJLP (b)	5,00%	6,25%	7,50%
CDI (c)	10,25%	7,69%	5,13%

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- (a) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.  
 (b) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.  
 (c) Refere-se à taxa da CDI projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) e [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**29. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$164 (R\$146 em 31 de dezembro de 2012), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

**30. SEGUROS CONTRATADOS**

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura</b>
Seguro garantia	Junho de 2013 a junho de 2014	141.060
"All Risk" - responsabilidade civil	Junho de 2013 a junho de 2014	263.846
"All Risk" - danos materiais	Junho de 2013 a junho de 2014	2.078.130
"All Risk" - perda de receita	Junho de 2013 a junho de 2014	263.846

**31. CONTRATO DE CONCESSÃO**

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18 de junho de 2009, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

De acordo com o contrato de concessão firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE, sendo que a última parcela foi paga em 31 de dezembro de 2010.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

**Notas Explicativas****CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	<b>164.357</b>	113.633
Custos de construção	<b>(164.357)</b>	(113.633)
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos Custos</u>	<u>Previsão de 2014-2039</u>
Melhorias na infraestrutura	293.288
Conservação especial (manutenção)	409.120
Equipamentos	187.355

## Proposta de Orçamento de Capital



### Orçamento de capital previsto para o exercício social de 2014

#### Proposta de Orçamento de Capital

#### ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2014

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM 480, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 28 de abril de 2014, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 179.887.911,51 (cento e setenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, novecentos e onze reais e cinquenta e um centavos) o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião.

**Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 179.887.911,51**

#### Aplicações

Investimento consolidado planejado para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2014 nos projetos atualmente detidos pela Companhia e em fase de homologação equivale a **R\$ 179.887.911,51**

#### Origens / Fontes de Financiamento:

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2013: **R\$ 56.417.693,94**

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros: **R\$ 123.470.217,57**

São Paulo, 18 de março de 2014.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelino Rafart de Seras

Presidente

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas  
Itaquaquecetuba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 4 de março de 2013, sem qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos as reclassificações descritas na nota explicativa 4 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti  
Contador CRC-1SP144343/O-3

Ezequiel Litvac  
Contador CRC-1SP249186/O-5

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

José Carlos Cassaniga  
Diretor Presidente

Álvaro Rodrigo Pinheiro de Souza  
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

José Carlos Cassaniga  
Diretor Presidente

Álvaro Rodrigo Pinheiro de Souza  
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores